

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO NO ESTADO DE ALAGOAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA



Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ



**Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio**



PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO
NO ESTADO DE ALAGOAS:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA



**Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio**



Renan Filho
Governador do Estado

Luciano Barbosa
Vice Governador do Estado

Christian Teixeira
Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio

José Genildo da Silva
Secretário Executivo de Planejamento
e Gestão

Ana Cristina Farias
Secretária Executiva de
Gestão Interna

Yara Correia Rebelo Gonçalves
Superintendente de Planejamento
e Políticas Públicas

Márcio de Mendonça Melânia
Gerente de Planejamento e Políticas
Públicas

Bruno Pimentel da Silva
Gerente de Monitoramento e Avaliação
de Programas

Equipe Técnica:

Arlene Leite Gomes
Bruno Vicente Nunes de Oliveira
Christiane Louise Lima Silva
Cyro Alonso de Leite Lima
Eduardo Jorge C. Ferreira
Henrique dos Santos Lins
José Elias Casado Gonçalves
José Eraldo dos Santos Júnior
Laila de Araújo Costa
Mayanna Hora Jucá
Simone Craveiro Barros Pessôa
Suane Gonçalves Pereira
Walter Wellington Ramos

Adalberto Lopes de Souza
Assessor de Interação Social

Julianne Lima Leão
Assessora de Comunicação

Pedro Fernandes M. de Oliveira
Projeto Gráfico e Diagramação

Disponível para consulta e download no site dados.al.gov.br. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos deste estudo, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

Caderno PPA PARTICIPATIVO: Registro de uma história. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2016.
52p.

1. Alagoas- PPA. 2. Administração. 3. Planejamento Governamental. 4. Políticas Públicas I. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. II. Título.

CDU352(813.5)



SUMÁRIO

1. INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	4
2. PLANO PLURIANUAL 2000-2003.....	16
3. PLANO PLURIANUAL 2004-2007.....	20
4. PLANO PLURIANUAL 2008-2011.....	24
5. PLANO PLURIANUAL 2012-2015.....	28
6. PLANO PLURIANUAL 2016-2019.....	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

APRESENTAÇÃO

Ampliar o acesso à democracia e às formas de participação popular constitui um dos princípios norteadores da administração pública. O Estado de Alagoas tem incorporado, desde o ano de 2000, a participação da população no processo de planejamento, contribuindo para a formação cidadã.

O Plano Plurianual tem como base legal o artigo 165 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 176 da Constituição do Estado de Alagoas de 1989, e compreende as diretrizes estratégicas de governo e os programas com seus respectivos objetivos, ações e metas de forma regionalizada, que serão executados pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG, por meio da Superintendência de Planejamento e Políticas Públicas - SUPLAN, apresenta o Estudo sobre o “Plano Plurianual Participativo no Estado de Alagoas: uma abordagem histórica”.

O presente documento é um registro histórico da construção do PPA participativo em Alagoas, dando ênfase na apresentação de como a sociedade vem se inserindo no processo de elaboração dos Planos.

É importante ressaltar que no último PPA, 2016-2019, duas inovações apresentaram-se como reforço nesta construção: a regionalização para o planejamento, conforme estabelecida no Decreto nº 30.157 de 29 de janeiro de 2014, e o PPA Online, ferramenta facilitadora para o processo de participação, proporcionando uma concepção do Plano mais próxima à sociedade.

Desta forma, o Governo do Estado de Alagoas apresenta este Estudo à Sociedade Alagoana, contribuindo para a promoção da democracia e cidadania e, com isso, possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Christian Teixeira

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

INTRODUÇÃO

A presente publicação mostra a evolução do Planejamento Governamental Participativo no Estado de Alagoas. O primeiro registro de uma espécie de Plano Plurianual no Estado foi no ano de 1960, com a denominação de “Plano de Desenvolvimento Alagoano 1960-1963”. No entanto, o processo de planejamento só veio a contar com a participação da sociedade a partir do ano de 2000, tornando Alagoas um dos primeiros estados brasileiros a ter um PPA participativo.

Para um melhor entendimento dos leitores, o trabalho foi estruturado em seis capítulos. Sua fundamentação foi nos projetos de lei dos antigos PPAs, nos documentos históricos, bem como nas fotografias das épocas, as quais remetem ao que foi escrito nos textos.

O primeiro capítulo apresenta a inserção da participação social no Planejamento Governamental e de quais formas ela pode ocorrer, buscando mostrar a sua importância no processo de elaboração do PPA.

Do segundo capítulo ao sexto estão descritos os processos de elaboração dos cinco Planos Plurianuais Participativos do Estado de Alagoas. Em cada capítulo foi apresentada a concepção e a metodologia de cada PPA, mostrando as suas particularidades e de que forma aconteceu a participação social, dando maior ênfase ao PPA mais recente, 2016-2019.

Concluindo o caderno, têm-se as considerações finais, fazendo uma reflexão sobre a evolução dos Planos Plurianuais Participativos alagoanos desde seu início até o documento atual.

O conteúdo apresentado na publicação permite ao leitor ter uma visão mais clara sobre a importância do PPA Participativo para que nele estejam alinhados os interesses e as necessidades do governo e da sociedade, de modo a otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

INSERÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



Com a Constituição Federal de 1988, o modelo orçamentário brasileiro passou a ter como base três instrumentos legais: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais ferramentas obrigam a União, os Estados e os Municípios a terem como objetivo principal a integração do planejamento e orçamento, bem como a otimização das necessidades da população versus alocação de serviços públicos.

A participação social no processo de planejamento governamental constitui uma experiência recente no Brasil. Com a implantação do PPA participativo, a população e os diversos segmentos da sociedade puderam se aproximar do processo de elaboração do Plano, colaborando para uma gestão pública mais eficiente e mais próxima aos anseios da sociedade.

Com a Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, surgindo enquanto um instrumento legal importante nesse contexto, determinou-se que se criassem formas de estímulo à participação social e a realização de audiências durante os processos de elaboração e discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Assim, as dimensões da participação popular no planejamento governamental envolvem aspectos e concepções amplas concernentes à democracia, modernização e transparência da Administração Pública. Ademais, promove um maior envolvimento e responsabilidade da sociedade perante o processo de formulação e acompanhamento das políticas públicas. Permite ainda ampliar as oportunidades de melhoria dos serviços públicos, uma vez que o cidadão atua não apenas como sujeito passivo, que aguarda a prestação do bem ou serviço público pelos governos, mas também como agente ativo e legítimo na proposição de estratégias e políticas que realmente atendam as demandas da sociedade.

O avanço dessa participação social contribuirá para uma maior fiscalização e aplicação dos recursos públicos, garantindo disseminação de informações que possibilitem um maior controle social e monitoramento das ações governamentais.

Ressalta-se que o Controle Social poderá acontecer nas demais fases do planejamento e execução das políticas públicas, contribuindo na definição de ações prioritárias e na democratização de tomada de decisões envolvendo governo e sociedade.

Implantar formas modernas, eficientes e eficazes de controle social sobre o governo, talvez seja o maior desafio na contemporaneidade. Segundo Freire (2001) existe uma tese antiga de que a sociedade civil é frágil e que o cidadão ainda precisa da intervenção do Estado para o exercício pleno de sua cidadania. Porém, a falta de acesso às informações reais da Gestão Pública e muitas vezes o excesso de burocracia dificulta o efetivo controle social.

No caso brasileiro, conforme Palhano (2004), torna-se imprescindível o fortalecimento do poder local como uma forma de minimizar as distorções socioeconômicas produzidas na atualidade, o que demanda uma participação mais ativa do indivíduo e, sobretudo, da sociedade civil organizada.

Não obstante, estabelecer a participação social como integrante do processo de planejamento e orçamento do Estado é algo que provoca os governos na contemporaneidade.

Dado o exposto, verifica-se a importância de alternativas que ampliem e estimulem a utilização de canais de interação com a sociedade, como as conferências, videoconferências, conselhos, fóruns e audiências e consultas públicas, ouvidorias, redes sociais, dentre outros. Essas ações contribuirão para a construção de uma sociedade com mais legitimidade, efetividade e eficiência nas elaborações e análises de políticas públicas. Tornando, assim, o governo mais transparente através da criação de mecanismos que gerem maior visibilidade e controle das ações governamentais.

1.1 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação da sociedade na Administração Pública acontece nas três esferas de governo - Federal, Estadual e Municipal - e serão relacionadas a seguir com suas respectivas descrições e diversidades de desenhos e *modus operandi* assumidos.

- **Conselhos Gestores de Políticas** – são instâncias onde participam a sociedade civil organizada e poder público com o intuito de discutir e sugerir diretrizes, estratégias e ações das políticas públicas, assim como fiscalizar, monitorar e deliberar sobre estas, atuando inclusive em processos consultivos, decisórios e de gestão acerca de tais políticas. No geral, ocorrem com certa regularidade e podem estar segmentados em áreas específicas (social, econômica, segurança, dentre outros).
- **Conferências** – são instâncias que ocorrem de forma eventual, porém com certa periodicidade, anual ou bianual, para discussão de propostas acerca de políticas públicas específicas. O debate acontece com representantes escolhidos pela sociedade civil organizada, denominados delegados e constam de fases municipais e estaduais até se chegar a Conferência nacional.
- **Ouvidorias** - São instâncias governamentais com canais abertos aos cidadãos (telefone, e-mail ou *internet*) com espaço para reclamações, denúncias ou sugestões de forma mais individualizada. De modo geral esses espaços estão abertos de forma permanente 24 horas por dia,

todos os dias da semana.

- **Reuniões com Grupos de Interesse** – São canais abertos junto ao governo onde grupos específicos da sociedade, possam discutir e traçar diretrizes e estratégias que contemplem discussão de problemáticas ou ações de desenvolvimento destes segmentos (sindicatos, ONG's, empresas de médio e grande porte).
- **Plano Plurianual Participativo (PPA)** – consiste em garantir a participação da sociedade civil na construção dos Planos Plurianuais. A abertura desse diálogo amplia e fortalece os processos de democracia, governança, transparência e proximidade com a sociedade.
- **Audiência Pública** – Instrumento de participação popular que o governo utiliza para promover um diálogo social, coletando informações e opiniões sobre temas relevantes. Essas audiências acontecem presencialmente com representantes da sociedade e poder público.
- **Consulta pública** – possibilita ao cidadão participar do governo expressando sua opinião em relação a resoluções, normatizações ou questões específicas acerca de determinada temática. As consultas não acontecem presencialmente, mas através de mecanismos de colaboração à distância, via internet ou telefone.

Cabe frisar que todas as formas de participação social indicadas constituem avanços significativos nos processos de modernização, democratização e transparência na Administração Pública. Contudo, a expansão dessas oportunidades de participação constitui um desafio a ser perseguido pelos gestores, sobretudo para que se possam atingir dimensões mais complexas e que perpassem não apenas, pelo planejamento governamental, assim como pelos sistemas de orçamento, controle, gestão e administração financeira e orçamentária.

PLANO PLURIANUAL 2000-2003



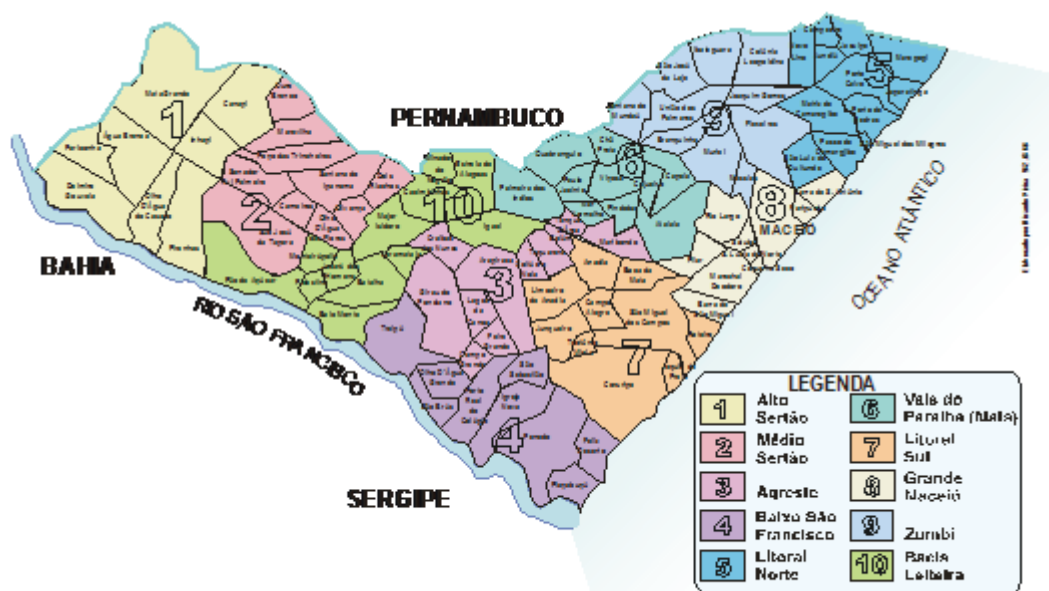
CONCEPÇÃO

O Plano Plurianual 2000-2003 apresentou uma metodologia inovadora, utilizando uma sistemática de planejamento compartilhado e um sistema participativo que envolveu os segmentos da sociedade civil, incorporando subsídios ao processo de elaboração do Plano através de sugestões, críticas e avaliações.

O Plano foi coordenado e desenvolvido pela equipe de Governo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e dos demais órgãos que compõem a Administração Pública Estadual; grupos formadores de opinião; Núcleos Regionais, representando a malha social local; e as Consultorias, responsáveis pela metodologia e assessoramento do desenvolvimento, implantação e acompanhamento da execução.

Com base no novo modelo político administrativo, foram criadas dez Regiões de Planejamento para atender a critérios técnicos de potencial sustentável e descentralizar e propagar o dinamismo econômico de Maceió e Arapiraca, levando em conta características de cada região, respeitando a visão global de desenvolvimento em Alagoas.

Figura 1- Regiões de Planejamento no PPA 2000-2003



Fonte: Suplan/Seplag

Pela primeira vez, Alagoas teve um plano adotando princípios de desenvolvimento sustentável. Buscou-se também assegurar a integração e a intersetorialidade das ações durante a elaboração do plano. O seu maior objetivo, tendo como premissa básica a preservação e a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, foi a promoção e a transformação

socioeconômica do Estado através do crescimento e do desenvolvimento econômico, da melhoria da qualidade de vida e da redução da desigualdade social.

Foram definidos três eixos estruturais de desenvolvimento para fins de planejamento, sendo eles:

- Eixo do Ajuste Social, que teve como objetivo promover ações para garantir a melhoria das condições ambientais e qualidade de vida de Alagoas;
- Eixo Indutor Regulador, que se pretendeu promover o aumento da produção e da produtividade dos gêneros agropecuários, atrair novos investimentos industriais e comerciais, consolidar o turismo como atividade econômica, promover a gestão integrada dos recursos hídricos, estudar e estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas competitivas no Estado de Alagoas; e
- Eixo do Ajuste Fiscal, que foi voltado para o aumento da receita e otimização da aplicação dos recursos públicos.

METODOLOGIA

A proposta da Administração do Estado de Alagoas para o PPA 2000-2003 apresentou estratégias centradas no exercício da democracia, na participação popular e na reorientação do modelo político-administrativo para atender aos anseios da população.

Os princípios balizadores para a elaboração deste plano foram:

Recuperar a dignidade de Alagoas, resgatando a imagem do seu povo;

- Garantir a qualidade de vida da população;
- Assegurar o exercício pedagógico da democracia, da cidadania e a legitimidade da participação popular;
- Fortalecer a consciência política para que se eleve a autoestima dos alagoanos, de forma a impedir o autoritarismo da centralização e o populismo a serviço de interesses menores;
- Praticar e defender um modelo de desenvolvimento sustentável;
- Implantar uma administração democrática.

O sistema de planejamento para a elaboração deste PPA foi organizado em dois níveis. No primeiro momento, em sua fase inicial, aconteceram as oficinas intrasetoriais e intersetoriais. Na primeira buscou-se identificar os problemas, objetivos e ações setoriais, obtendo-se uma primeira visão a nível de cada área de atuação do Governo e na segunda o trabalho consistiu em mapear os problemas e objetivos intersetoriais, bem como a identificação e detalhamento dos Programas Estruturantes, Projetos Estratégicos e respectivas ações, segundo os três Eixos Estruturantes.

O segundo momento envolveu a participação da sociedade civil, em seus diferentes níveis de representatividade, através das Oficinas Regionais e das Entrevistas com os Grupos Formadores de Opiniões em diversas regiões do Estado.

Nas Oficinas Regionais, a sociedade apresentou um levantamento dos principais problemas locais e indicou as possíveis ações e as diversas Instituições responsáveis e/ou envolvidas, gerando subsídios na definição final dos programas estruturantes e projetos estratégicos. Esta fase envolveu 787 representantes de diversas Instituições governamentais e não governamentais em oito oficinas realizadas no Estado de Alagoas.

Para complementar a participação da sociedade neste processo de elaboração, foram realizadas 62 entrevistas abertas com figuras representativas da sociedade, detentores de conhecimentos específicos e formadores de opinião pública em Alagoas.

Desta forma, a participação da população na construção do Plano Plurianual 2000-2003 foi inovadora na medida em que pode assimilar os anseios e as demandas dos diferentes segmentos da sociedade a partir das discussões formais e informais em todas as regiões do Estado, assegurando a participação popular desde o diagnóstico do contexto da realidade socioeconômica até a definição das opções estratégicas para a elaboração dos programas estruturantes e projetos estratégicos contidos neste plano.

PLANO PLURIANUAL 2004-2007



CONCEPÇÃO

A construção do PPA 2004-2007 foi realizada a partir das lições aprendidas com as experiências fundamentadas no planejamento democrático e participativo do PPA anterior. Desta forma, o presente PPA optou por dar continuidade a esta metodologia, privilegiando a participação dos diversos segmentos produtivos e instituições da sociedade alagoana.

As políticas de desenvolvimento implementadas em Alagoas para o quadriênio 2004-2007 foram orientadas pelas seguintes diretrizes básicas:

Garantir a qualidade de vida da população, buscando a inserção social da parcela excluída e a melhoria dos indicadores sociais;

Assegurar o exercício pedagógico da democracia, da cidadania e da legitimidade da participação popular;

- Praticar e defender um modelo de desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável;
- Fortalecer a prática da gestão administrativa democrática;
- Praticar a ética, a transparência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos;
- Colocar os interesses de Alagoas acima e além dos interesses político-partidários.

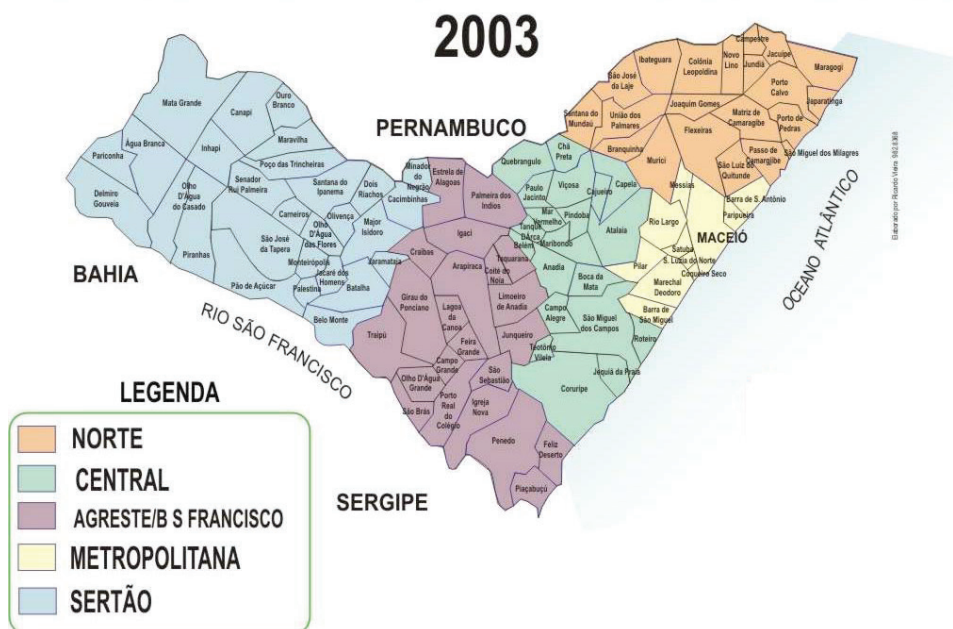
O governo elegeu como sua maior prioridade a Inserção social de 1,5 milhões de alagoanos que na época se encontravam abaixo da linha da pobreza. Para a realização das ações propostas no plano, coerente com as prioridades e diretrizes propostas, foram criados quatro eixos orientadores:

- Promover a inserção social da população situada abaixo da linha da pobreza, com objetivo de construção da melhoria nas condições de vida da população excluída;
- Estimular o desenvolvimento da economia solidária mediante apoio aos pequenos e micro negócios e aos agentes da economia informal;
- Promover o desenvolvimento econômico sustentável através de uma política indutora de investimentos do setor privado, com objetivo de orientar a política de suporte ao crescimento da atividade econômica privada em Alagoas;
- Modernização da gestão pública.

Para este PPA, as Regiões de Planejamento foram orientadas a partir das Regiões Administrativas Estaduais definidas em 2003. Sendo assim, o estado foi dividido em cinco regiões: Norte, Central, Agreste/Baixo São Francisco, Metropolitana e Sertão.

Figura 2- Regiões de Planejamento no PPA 2004-2007

REGIÕES ADMINISTRATIVAS ESTADUAIS



Fonte: Suplan/Seplag

Esta tarefa foi desenvolvida pela Equipe de Governo, através do núcleo de coordenação do PPA da Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento, das equipes intersetoriais, dos atores sociais locais e da consultoria responsável pela orientação da condução e assessoramento das informações e conhecimentos.

METODOLOGIA

O processo de planejamento participativo para a construção do plano foi organizado de forma articulada e organizada, seguindo uma sequência lógica que assegurasse a racionalidade e a participação da sociedade.

A construção se iniciou em 2002 com a elaboração do documento de Governo “Diretrizes para o Plano de Ação 2004-2007”, sendo a maior referência norteadora para a sua construção. Logo após, foram definidas as prioridades e diretrizes, bem como as orientações gerais a serem seguidas.

Num segundo momento, foram realizadas as reuniões técnicas com os dirigentes dos Diversos Órgãos da Administração coordenada pelo Secretário Executivo de Planejamento e sua equipe técnica, que iniciaram os trabalhos

de mobilização para a compreensão da importância deste processo. Ao mesmo tempo, iniciaram-se os estudos sobre a realidade socioeconômica do Estado de Alagoas de modo a entender as limitações e possibilidades para subsidiar o processo de escolha.

Na sequência, iniciou-se o processo de consulta popular através dos eventos participativos, que foram as Oficinas Intersetoriais e as Oficinas Regionais. Para melhor executar este momento, as análises foram estruturadas em cinco dimensões: Econômica, Ambiental, Tecnológica, Sociocultural e Político-institucional.

Nas Oficinas Intersetoriais, foram consolidadas as avaliações dos diversos técnicos e dirigentes dos Órgãos da Administração Estadual sobre a realidade socioeconômica de Alagoas. Para isso, realizaram-se três oficinas utilizando a técnica de “Oficina de trabalho institucional - Workshop” com orientação de mediadores, as quais tiveram a participação de 140 pessoas.

Já as Oficinas Regionais tiveram como objetivo envolver os atores locais no processo de construção do PPA, identificando e mapeando os conhecimentos destes sobre a realidade local. A técnica utilizada neste processo foi a “Oficina de trabalho de atores locais - Workshop” com a orientação de mediadores, totalizando uma participação de 447 pessoas de instituições do poder público, da sociedade civil, do setor produtivo e instituições não governamentais.

Este processo de planejamento participativo foi importante, pois estabeleceu um amplo debate entre o Estado e a sociedade para a construção e a implementação de um projeto de Governo que incorporasse os interesses maiores e a participação da sociedade, canalizando, de forma convergente, os anseios e as demandas da população.

PLANO PLURIANUAL 2008-2011



O PPA 2008-2011 teve como objetivo imediato o “Desenvolvimento econômico e Bem-Estar Social.” O conjunto das sugestões e ideias foi agrupado em seis grandes dimensões, ou áreas de resultados que, por sua vez, desdobraram-se em 35 diretrizes estratégicas. As dimensões utilizadas foram:

- Melhoria da qualidade de vida;
- Redução da indigência, pobreza e desigualdade;
- Crescimento e desconcentração econômica;
- Desenvolvimento do capital humano;
- Novas Instituições e renovação da gestão pública;
- Valorização da imagem e mudanças culturais.

METODOLOGIA

O processo de elaboração do PPA incorporou uma série de momentos que foram executados de forma concatenada, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, iniciando com o planejamento das diversas atividades. Paralelamente, procedeu-se a apreensão dos fundamentos da política de governo expressa no Programa de Governo “Alagoas, Desenvolvimento com Bem-Estar Social”, em que foram estabelecidos os princípios norteadores das ações a serem implementadas pelo Poder Executivo.

Dando sequência a este processo, foram realizadas uma série de 30 entrevistas com Secretários de Estado, dirigentes de órgãos e representantes dos diversos setores mais representativos da sociedade alagoana, buscando-se perceber os problemas e potencialidades mais relevantes na percepção desses atores. Soma-se a este momento o levantamento de documentos e estudos relevantes sobre a economia alagoana, que possibilitou uma criteriosa análise que, por sua vez, subsidiou a uma leitura do quadro da realidade e a elaboração de possíveis cenários no contexto da visão de longo prazo.

Com a conclusão dos trabalhos de análise, viabilizou-se a realização da oficina de alinhamento estratégico, onde toda equipe de primeiro e segundo escalão de governo, com a participação do Governador, empreendeu um processo de reflexão a partir do quadro de realidade. Momento este que possibilitou a definição das estratégias e diretrizes de governo para o longo e médio prazos.

A realização de Oficinas de Trabalho com o Setor Público e com representantes da sociedade constituiu um momento de importância substantiva, por possibilitar o mapeamento dos problemas da realidade alagoana na percepção desses segmentos. As oficinas foram trabalhadas em duas dimensões distintas, porém articuladas para um mesmo fim.

As Oficinas Setoriais tiveram por objetivo promover uma reflexão dos técnicos em relação à situação de seus Órgãos e respectivas áreas de atuação. Este produto comparado com os princípios norteadores, com as estratégias de governo e respectivas diretrizes estratégicas, permitiu identificar e definir, num primeiro momento, os prováveis programas e ações com possibilidade de integrar a programação dos órgãos. Ao todo foram realizadas 17 oficinas, que contou com a participação de 307 técnicos e dirigentes da administração pública estadual, direta e indireta.

As Oficinas Regionais tiveram como propósito identificar os problemas e potencialidades de cada região do Estado, a partir da visão dos diversos segmentos da sociedade local. Este momento resultou na indicação de ações, a serem consideradas no Plano Plurianual, capazes de resolver os gargalos apontados e alavancar as oportunidades existentes. Para este momento foram mobilizados os atores sociais representantes do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, entidades de classe, representantes dos trabalhadores rurais e urbanos, Associações, Cooperativas, Universidades, Sistema S, ONGs¹ e OSCIPs². No total foram realizadas sete oficinas que contou com um público total de 646 participantes.

A distribuição regional utilizada no processo de elaboração do PPA seguiu o recorte espacial das Microrregiões do Estado, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com alguns ajustes, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 3 - Regiões de Planejamento no PPA 2008-2011



Fonte: Suplan/Seplag

1. ONGs são Organizações não Governamentais.

2. OSCIPs são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A conjugação de esforços obtidos através da realização das oficinas resultou no estabelecimento dos princípios norteadores que juntamente com o estudo da realidade socioeconômica e fiscal de Alagoas contribuiu para definição das ações governamentais para o próximo quadriênio.

Ao final de todo este processo, obteve-se um elenco de programas e ações regionalizadas com metas e custos definidos e ajustados à previsão de receitas do Tesouro Estadual e de outras fontes para o período de cobertura Plano Plurianual.

O PPA 2008-2011 apresentou o total de 128 programas onde todas as áreas foram contempladas com projetos e ações finalísticas para melhoria dos índices sociais e econômicos do Estado de Alagoas.

PLANO PLURIANUAL 2012-2015



CONCEPÇÃO

O Plano Plurianual Participativo 2012-2015 do Estado de Alagoas foi elaborado no ano de 2011 a partir de uma visão do processo anterior, distinguindo-se do PPA 2008-2011 pelo maior alinhamento de todo o governo em torno da estratégia e por uma gestão mais intensiva dos programas e obras estruturantes do governo.

A realização do Plano foi resultado de um processo iniciado no ano de 2007, desenvolvido pela equipe de Governo a partir do diagnóstico da realidade socioeconômica do Estado. A equipe adotou uma atuação dual, focada (i) na estruturação e implementação dos projetos estruturantes e nos projetos setoriais prioritários; e (ii) na elaboração dos planejamentos das setoriais, de modo que os esforços e recursos fossem alocados em coerência com a visão estratégica plurianual.

A Estratégia foi consolidada em seis Áreas de Resultados que se relacionavam com os destinatários da atuação do Governo, descritas a seguir:

- **Melhoria da Qualidade de Vida** - Visando melhorar rapidamente os indicadores sociais e ambientais;
- **Desenvolvimento do Capital Humano** – Com o intuito de preparar a sociedade alagoana para a promoção do seu desenvolvimento sustentável, por meio do desenvolvimento do capital humano;
- **Erradicação da Pobreza Extrema, Redução da Pobreza e da desigualdade** – Objetivando erradicar a indigência no Estado, reduzindo a pobreza e a desigualdade social e regional, principalmente nos territórios com piores indicadores socioeconômicos;
- **Crescimento, Desconcentração e Diversificação Econômica** – Com a intenção de promover um crescimento mais dinâmico do ponto de vista econômico, socialmente justo e ambientalmente sustentável;
- **Inovação na Gestão** – Visando ter um corpo de servidores públicos habilitados e motivados à prestação dos melhores serviços à sociedade, utilizando um modelo de gestão que privilegie as relações Governo-Estado-Sociedade, com mais transparência por parte das organizações públicas e maior envolvimento da sociedade na formulação e monitoramento das políticas públicas;
- **Valorização da Imagem e Mudanças Culturais** – Para reforçar e valorizar as características da sociedade alagoana que a diferenciam positivamente das outras, estimulando um maior engajamento dela no processo de desenvolvimento.

Para que os objetivos das Áreas de Resultados fossem viabilizados, foram construídas as estratégias, a partir de uma visão de médio e longo prazo da realidade, coerentes com os desafios e consistentes com as potencialidades do Estado e suas limitações.

METODOLOGIA

O processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo foi estruturado através de um conjunto de atividades de forma articulada e organizada, priorizando a mobilização da sociedade em Oficinas Regionais de Planejamento que geraram questionamentos e discussões sobre os principais desafios e propostas para o desenvolvimento de Alagoas. O Plano Plurianual do Estado de Alagoas para o quadriênio 2012-2015 foi elaborado visando atender aos seguintes requisitos:

- i) Ser orientado pela demanda, estruturado a partir dos desafios e problemas da sociedade;
- ii) Ser participativo, com ampla mobilização da sociedade e dos poderes públicos;
- iii) Ser seletivo, concentrando os principais esforços no que fará a diferença, no que é mais importante para a sociedade;
- iv) Ser integrado, com iniciativas alinhadas entre as secretarias;
- v) Ser monitorado, com avaliação e correção de rumos; e
- vi) Ser comunicável e compreensível pela população com prestação de contas para a sociedade.

Inicialmente, diante do cenário socioeconômico do Estado de Alagoas, foram definidas as diretrizes a serem seguidas neste PPA: coerência com as orientações estratégicas e previsão dos recursos disponíveis; organização dos programas em áreas de resultados; responsabilização por resultados; e monitoramento em rede.

- O modelo de alinhamento definido neste primeiro momento, a partir do processo colaborativo, estava alicerçado em cinco grandes etapas:
- Definição e priorização das estratégias pelas secretarias;
- Definição e priorização dos produtos (grandes entregas) a serem entregues para a sociedade ao longo do PPA;

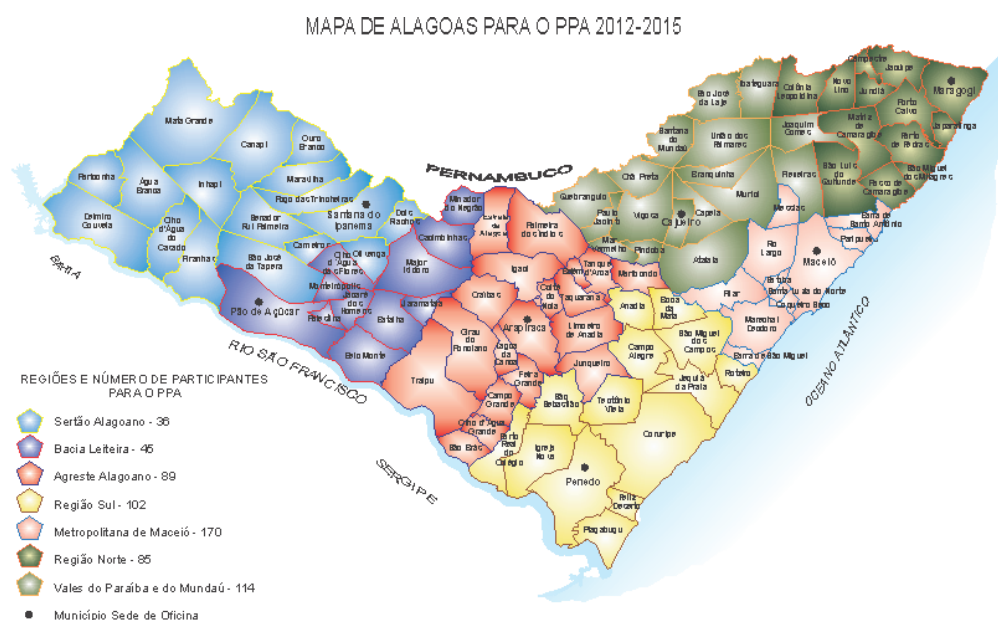
- Definição das ações finalísticas (projetos e atividades) a serem entregues para a sociedade ao longo do PPA;
- Análise de consistência do alinhamento; e
- Validação pela equipe de dirigentes do governo.

Num segundo momento, deu-se início às reuniões técnicas com as diversas secretarias e órgãos vinculados. Houve uma Oficina de Capacitação para todos os técnicos - 77 servidores - envolvidos na elaboração do PPA, com o objetivo de consolidar os conceitos e objetivos, apoiar as equipes nos desafios a serem alcançados nos próximos quatro anos e alinhar as ações das Secretarias e Órgãos vinculados com a estratégia do Governo estabelecida no Plano Estratégico do Desenvolvimento do Estado de Alagoas 2011-2022.

Na sequência do processo de elaboração do PPA, foram realizados eventos participativos junto com a sociedade. As Oficinas Regionais tiveram como objetivo identificar os maiores desafios a serem enfrentados em cada região. As Oficinas Setoriais tiveram como objetivo consolidar a avaliação que os diversos Órgãos tiveram sobre a realidade de forma a orientar a definição de programas e ações necessárias.

Foram realizadas sete Oficinas Regionais nas cidades polos de cada Região de Planejamento (Região Metropolitana, Região Norte, Região Sul, Bacia Leiteira, Sertão Alagoano, Agreste Alagoano e Vales do Paraíba e do Mundaú), onde estiveram presentes representações de diversos segmentos da sociedade e do Poder Público local, totalizando 650 pessoas, identificando as prioridades dentro das “Áreas de Resultados” definidas pela Estratégia de Governo.

Figura 4 - Regiões de Planejamento no PPA 2012-2015



Fonte: Suplan/Seplag

Logo após, foram realizadas mais de 40 reuniões presenciais – Oficinas Setoriais – com os técnicos das secretarias responsáveis pela elaboração do PPA, visando prover alinhamento, foco e seletividade requeridos. Ademais, foram realizadas quatro Reuniões de Integração entre o corpo de dirigentes do governo para definição e validação das propostas.

Na sequência, foi realizada uma nova Reunião de Integração para a priorização das grandes entregas de cada uma das secretarias, que somadas àquelas que foram viabilizadas pelos projetos estruturantes, concretizaram os objetivos deste PPA.

O PPA 2012-2015 apresentou ao todo 43 programas e 416 ações. O conjunto integrado de iniciativas contidas no plano teve como objetivo conduzir o Estado de Alagoas para patamares mais elevados de desenvolvimento socioeconômico, com significativa melhoria de vida dos seus habitantes, com índices mais baixos de pobreza, crescimento econômico e desconcentração da renda e da riqueza, melhoria significativa dos serviços públicos, desenvolvimento do capital humano e, finalmente, a valorização da imagem e mudanças culturais, que são as Áreas de Resultado do Plano Estratégico.

Para que isto acontecesse, foi estruturado um Sistema de Controle de Metas e Resultados, cuja finalidade consistiu em:

- Monitorar sistemicamente o alcance das metas e andamento dos projetos e ações de forma proativa;
- Prover informações organizadas e acessíveis em tempo real, em consistência, rastreabilidade, confiabilidade e integridade;
- Focar na resolução de problemas críticos do Estado;
- Subsidiar o Governador e Secretários na tomada de decisão; e
- Contribuir para a transparência da gestão pública.

O processo de construção do PPA 2012-2015 foi voltado para alavancar a capacidade do Governo do Estado de Alagoas de produzir e comunicar resultados relevantes para a sociedade, que contribuíssem efetivamente para transformar Alagoas em um lugar com menos desigualdades sociais e bom de trabalhar, investir e viver.

PLANO PLURIANUAL 2016-2019



CONCEPÇÃO

A concepção do Plano Plurianual Participativo 2016-2019 do Estado de Alagoas deu-se por meio da experiência obtida no processo de elaboração dos Planos Plurianuais anteriores, porém, com uma inovação relevante, o *PPA Online*, onde o governo criou um novo espaço e uma forma de participação social via *internet*, disseminando-o inclusive através de redes sociais digitais.

Desenvolvido pela equipe técnica do governo, através da Superintendência de Planejamento e Políticas Públicas – SUPLAN. De forma articulada com a sociedade civil, foi possível captar e sistematizar informações sobre as demandas e anseios da sociedade alagoana nas várias regiões do Estado.

No PPA 2016-2019, observou-se cinco Eixos Estratégicos, sendo quatro de desenvolvimento e um de gestão e participação, que estão inter-relacionados a oito dimensões estratégicas.

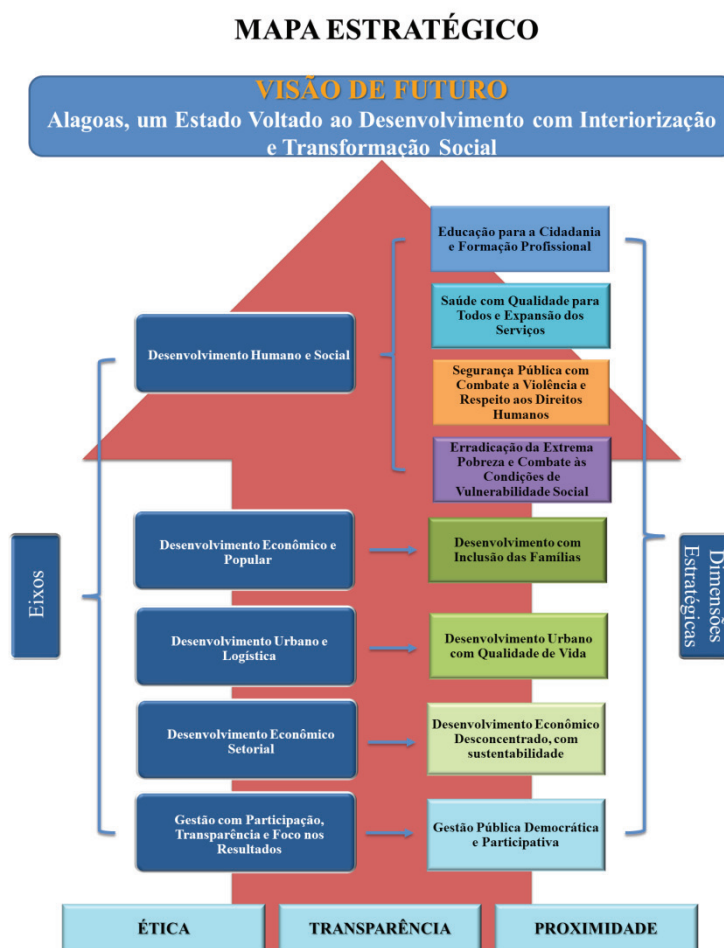
Os **Eixos estratégicos** *“representam as escolhas estratégicas responsáveis pelo alcance dos resultados desejados com o Planejamento. Esse conjunto de eixos estratégicos, portanto, deve permear os caminhos a serem percorridos para o sucesso e servir de convergência, combinando-se preferencialmente entre si. Ao definir esses eixos, estabelece-se as prioridades a partir do alinhamento do Governo às estratégias.”* (ALAGOAS, 2015, P. 21).

As **Dimensões Estratégicas** são *“conjunto de diretrizes, métodos, práticas e atitudes que utilizados de forma continuada levam o Governo a uma melhoria da sua gestão e dos resultados obtidos.”* (ALAGOAS, 2015, P. 21)

No PPA 2016-2019 foram definidos os seguintes Eixos Estratégicos:

- **Desenvolvimento humano e social** - constitui um dos pilares centrais do desenvolvimento pretendido para Alagoas e nele se concentram as principais prioridades das intervenções para o período do Plano Plurianual.
- **Desenvolvimento econômico e popular** - expressa a estratégia do governo para o fortalecimento da produção econômica local, com atenção especial a economia popular e a agricultura.
- **Desenvolvimento urbano e logística** - contempla a estratégia que dará suporte as intervenções voltadas à infraestrutura logística e ao desenvolvimento urbano.
- **Desenvolvimento econômico setorial** - fornece a direção e o caminho para criar as condições necessárias à definição e organização de intervenções públicas em apoio às atividades dos setores econômicos de maior escala.
- **Gestão com participação, transparência e foco nos resultados** – busca a implantação de um modelo de gestão voltado à participação, transparência e foco nos resultados.

Figura 5 - Mapa Estratégico do PPA 2016-2019



Fonte: Suplan/Seplag

É importante ressaltar que os eixos e suas respectivas dimensões estratégicas têm como base para a condução das ações governamentais a ética, a transparência e a proximidade, com a sociedade, com os próprios órgãos do governo e com os municípios do estado, em suas diversas fases de implementação.

O modelo de regionalização atualmente adotado pelo Estado de Alagoas (figura 6) tem como objetivo “estabelecer os parâmetros e as variáveis de base para o Modelo e propor um recorte espacial útil e racional para a organização político-territorial do planejamento do Estado, com vistas à integração da gestão e das políticas públicas estaduais.” (ALAGOAS, 2014, p. 15). Este modelo é o resultado de dois movimentos metodológicos complementares:

1. **Polarização:** nesse movimento, tratou-se de reunir subsídios e realizar análises suficientes para viabilizar a eleição de uma série de municípios-polo, levando-se em consideração sua importância socioeconômica efetiva ou

potencial e sua localização no território, em um número compatível com as necessidades de planejamento e estruturação de políticas públicas de Alagoas.

2. Regionalização: nesse movimento, uma vez eleitos os municípios-polo, tratou-se de determinar suas regiões de influência, permitindo assim a indicação dos municípios que deveriam compor cada uma das regiões de planejamento sugeridas. (ALAGOAS, 2014, p. 19).

Por meio deste trabalho de regionalização, foi possível elaborar o mapa de regionalização para o Planejamento do Estado de Alagoas, oficializada por meio do Decreto Nº 30.157, de 29 de janeiro de 2014.

Figura 6 - Regiões de Planejamento no PPA 2016-2019



Fonte: Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas (ALAGOAS, 2014, p. 27)

METODOLOGIA

O processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo 2016-2019 foi estruturado através de um conjunto de atividades de forma articulada e organizada, priorizando a mobilização da sociedade. O PPA do Estado de

Alagoas, assim como no processo anterior, foi elaborado visando atender aos seguintes requisitos considerados importantes:

- Ser orientado pela demanda: estruturado a partir dos desafios e problemas da sociedade;
- Ser participativo: com a participação da sociedade, do legislativo e das equipes de governo;
- Ser regionalizado: que contemple a dimensão regional/local;
- Ser seletivo: concentrar os principais esforços no que faz a diferença, e no que é realmente importante para a sociedade;
- Ser integrado: ter iniciativas alinhadas entre as secretarias e as estratégias de Governo;
- Ser monitorado: monitorado por meio da avaliação e correção de rumos;
- Ser comunicável: ser compreensível pela população, que sirva como prestação de contas para a sociedade.

O processo de elaboração do PPA 2016-2019 ocorreu em cinco etapas:

(I) ATIVIDADES PRELIMINARES

Nesta etapa foi realizada a reunião entre a equipe da SUPLAN e o Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG para tratar das definições iniciais sobre todo processo do PPA, tais como: metodologia, diretrizes e estratégias de governo. Ainda nesta etapa, foram realizadas a avaliação do conjunto de programas do PPA 2012-2015, a revisão do Manual de Elaboração do PPA, como também a adequação do Sistema de Planejamento e Gestão - SIPLAG à nova programação.

(II) MOBILIZAÇÃO

Nesta etapa, a equipe da SUPLAN realizou a mobilização dos atores participantes do processo de elaboração do PPA 2016-2019 através da entrega de convites aos órgãos de governo, associações, sociedade civil organizada e a comunidade de modo geral. Além dos convites também foram utilizados outros meios de divulgação como, por exemplo, telefones, rádios locais, internet, visitas técnicas e palestras em instituições de ensino.

(III) OFICINAS DE PARTICIPAÇÃO

Nesta etapa, foram realizadas as Oficinas Regionais, Oficinas Setoriais, e também o lançamento e utilização do “PPA online 2016-2019: as sugestões do cidadão participativo” ampliando ainda mais a possibilidade de participação da sociedade neste processo.

- **Oficinas Regionais**

As oficinas regionais tiveram início com as mobilizações que aconteceram entre os dias 15 e 24 de abril de 2015 em todas as regiões do planejamento do Estado de Alagoas e seus respectivos municípios. Estas oficinas foram realizadas efetivamente entre os dias 28 de abril e 12 de maio de 2015, em todas as regiões do planejamento (Quadro 1), mais especificamente em cada um dos municípios-polo, totalizando nove oficinas regionais e 416 participantes.

Quadro 1 - Calendário de realização das oficinas regionais PPA 2016-2019

OFICINAS REGIONAIS PPA 2016-2019			
Região de Planejamento	Município-polo	Data de realização	Nº total de Participantes
<i>Alto Sertão</i>	Delmiro Gouveia	28/abr	36
<i>Médio Sertão</i>	Santana do Ipanema	30/abr	56
<i>Planalto da Borborema</i>	Palmeira dos Índios	07/mai	44
<i>Baixo São Francisco</i>	Penedo	07/mai	31
<i>Tabuleiros do Sul</i>	São Miguel dos Campos	05/mai	15
<i>Região Metropolitana</i>	Maceió	12/mai	97
<i>Região Norte</i>	Maragogi	28/abr	36
<i>Agreste</i>	Arapiraca	05/mai	32
<i>Serrana dos Quilombos</i>	União dos Palmares	30/abr	69
Total			416 participantes
Média por Oficina			46,2

Oficinas Regionais PPA 2016-2019

A metodologia utilizada nas oficinas regionais foi a Zopp – Planejamento Orientado Por Objetivos, com uso do Método Metaplan. Para a construção da oficina, este método fez uso de seis painéis com o objetivo de apresentar os principais desafios prioritários enfrentados em cada região de planejamento e indicar as possíveis ações para combater esses problemas.

Na abertura oficial destas oficinas um representante da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG apresentou explanações e conceitos importantes para o bom desenvolvimento do trabalho, além de apresentar maiores detalhes acerca do processo de elaboração do PPA 2016-2019 do Governo do Estado de Alagoas.

Cada uma das oficinas regionais foi realizada em seis fases (painéis):

- **Painel 1 – Esquema geral da oficina**

Neste painel, apresentou-se a metodologia para que os participantes ficassem cientes de como o trabalho seria conduzido durante a oficina.

- **Painel 2 – Apresentação dos participantes (nome, representação, município)**

No segundo painel, os participantes apresentaram-se por meio de fichas contendo os seus nomes, respectivas instituições e municípios.

- **Painel 3 – Pergunta orientadora: quais os principais desafios para o desenvolvimento da região (região do planejamento do estado de Alagoas)?**

Nesse painel, os participantes foram orientados a fazer uma reflexão individual e eleger apenas um desafio, anotando-o em uma ficha e afixando-a no mural (momento chamado de tempestade de ideias). A partir da visão de cada um dos participantes e da sua área de inserção nos processos de desenvolvimento local/territorial/regional, todos os participantes foram estimulados pelo moderador para definir um só desafio, mesmo que esse não fosse diretamente relacionado com área de atuação do participante, mas preferencialmente a partir dela.

- **Painel 4 – Desafios agrupados nos quatro eixos e áreas temáticas do PPA 2016-2019**

Neste painel, revisaram-se os conceitos dados na apresentação inicial, concernente aos cinco eixos estratégicos e suas respectivas áreas temáticas. Os desafios foram agrupados levando-se em consideração em quais eixos/áreas temáticas poderiam ser encaixados.

- **Painel 5 – Pergunta orientadora: Quais os cinco desafios prioritários entre os que foram identificados?**

Ocorreram debates com explicações do moderador sobre o que significa prioridade, ou seja, aquilo que se não acontecer, compromete os demais desafios identificados. Na sequência, foram priorizados os desafios com maior número de citações pelos participantes.

- Paineis 6 – Pergunta orientadora: Quais as ações e esferas de governo responsáveis por suas execuções, na superação dos desafios identificados?

Nesta última etapa da oficina, os participantes foram organizados em quatro grupos, divididos por eixo, para o debate da pergunta orientadora desse painel. Os grupos dispuseram de tempo para sugerir ações que buscassem superar os desafios propostos pelos participantes e, neste momento, não houve limite para o número de ações. Desta forma, cada desafio pôde ter a quantidade de ações que os participantes julgaram ser pertinentes para a resolução do problema. A partir deste conjunto de ações foi possível construir tabelas visando a superação dos desafios propostos.

Figura 7 - Oficina Regional - Arapiraca



Fonte: Ascom/Seplag

Figura 8 - Oficina Regional - Maragogi



Fonte: Ascom/Seplag

Figura 9 - Oficina Regional - Maragogi



Fonte: Ascom/Seplag

Figura 10 - Oficina Regional - Maceió



Fonte: Ascom/Seplag

Figura 11 - Oficina Regional - União dos Palmares



Fonte: Ascom/Seplag

Figura 12 - Oficina Regional - União dos Palmares



Fonte: Ascom/Seplag

A parceria entre o governo do Estado de Alagoas e a sociedade por meio das oficinas regionais constituiu um instrumento relevante no processo de participação social no âmbito do planejamento governamental, pois permitiu ao governo conhecer de forma mais aprofundada as demandas e problemas sociais.

A criação de um meio que possibilitasse uma maior participação da sociedade no processo de elaboração do PPA tornou-se necessária. Neste contexto, foi concebido o sítio “PPA Online 2016-2019: as sugestões do cidadão participativo”, sendo disponibilizado no período de 14/05/2015 a 15/06/2015 por meio do endereço eletrônico: www.ppaonline.al.gov.br, contabilizando um total de 1.031 acessos.

Figura 7 - Página inicial do PPA Online 2016-2019 - as sugestões do cidadão participativo



Fonte: Suplan/Seplag

Ao acessar esta ferramenta inovadora, o cidadão pôde relatar um problema ou contribuir com sugestões, selecionando a localização territorial e a respectiva área temática a ser trabalhada. Encerrando o processo, o cidadão preencheu seus dados com: nome, e-mail, escolaridade, faixa etária e sexo.

Ainda nesta plataforma *online*, o cidadão tinha um espaço nominado “informações gerais” no qual pôde tirar dúvidas sobre “o que é o PPA”, verificar as “perguntas frequentes” e ter acesso aos dados sobre o Estado de Alagoas.

Após a realização das oficinas regionais e dos relatórios obtidos através do *PPA Online*, iniciou-se a elaboração dos relatórios que foram compilados e encaminhados aos órgãos setoriais com o objetivo de subsidiar a elaboração das propostas construídas nas Oficinas Setoriais.

- **Oficinas Setoriais**

As oficinas aconteceram entre os dias 09 e 11 de junho de 2015 no auditório da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG e tiveram como objetivo a construção da programação do PPA 2016-2019 dos órgãos setoriais e seus vinculados, que foram devidamente mobilizados por meio de comunicação oficial.

Ao todo foram realizadas três oficinas setoriais com a participação de 153 representantes das secretarias e órgãos vinculados, como também foram realizadas reuniões com o Ministério Público e os Poderes Legislativo e Judiciário para a elaboração das suas programações do PPA 2016-2019.

Nas oficinas setoriais foram abordados conceitos, definições e assuntos relevantes para a elaboração do PPA, tais como: a definição de Plano Plurianual, a apresentação dos eixos de desenvolvimento, a regionalização do Estado de Alagoas para o planejamento e como elaborar programas e ações.

A metodologia para elaboração dos programas e ações foi demonstrada a partir da análise dos efeitos e causas dos problemas centrais utilizando, para tanto, o diagrama da árvore de problemas. As etapas desta metodologia foram:

- Construção da Árvore de problema
 - Identificação do problema principal;
 - Exame dos efeitos decorrentes do problema;
 - Identificação das causas do problema.

- Construção da Árvore de objetivos
 - Estabelecimento da situação desejada (objetivo) e identificação dos meios e fins;
 - Identificação das ações;
 - Configuração das alternativas de solução.

Figura 8 - Oficina Setorial - Maceió



Fonte: Ascom/Seplag

Após estas oficinas, os órgãos setoriais construíram as suas programações para o PPA 2016-2019 formadas por um conjunto de ações que cada órgão setorial e seus vinculados identificaram como necessárias para atender à sociedade. A elaboração destas programações contou com o assessoramento da SEPLAG por meio da Superintendência de Planejamento e Políticas Públicas – SUPLAN.

Nesse processo foi possível contar com as informações sistematizadas e constantes dos relatórios das Oficinas Regionais e do relatório do PPA Online 2016-2019 no Estado de Alagoas.

Na sequência, as ações definidas pelos órgãos foram cadastradas no SIPLAG, para que os ajustes nas propostas fossem realizados quando identificada a necessidade de fazê-los.

(IV) ASSESSORAMENTO

A SEPLAG, por meio da Superintendência de Planejamento e Políticas Públicas, construiu um cronograma de assessoramento prévio para auxílio na elaboração dos programas e ações das secretarias e seus órgãos vinculados, além dos demais poderes, inclusive atendendo àqueles que sentiram necessidade de mais informações sobre a construção das suas ações de forma individualizada.

(V) SÍNTESE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO, DAS ATIVIDADES FORMAIS E DE DIVULGAÇÃO DO PPA 2016-2019

O processo de elaboração do PPA 2016-2019 contemplou, além das atividades já mencionadas, a construção do diagnóstico da situação socioeconômica e cenários prospectivos, de competência da SUPLAN, e estudos e projeções macrofiscais, elaboração e divulgação de limites (tetos) orçamentários, estas de competência da Superintendência de Orçamento Público - SOP.

À SUPLAN coube a inserção de informações quantitativas e qualitativas no SIPLAG por meio do cadastramento das ações propostas. Em seguida, foi realizada a análise, o ajuste e a validação das informações junto aos respectivos órgãos setoriais e seus vinculados, e aos demais poderes.

Na sequência, toda a programação do PPA 2016-2019 construída foi analisada, ajustada, quando necessário, e validada pelo Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Em seguida foi encaminhada ao Governador do Estado e à Procuradoria Geral do Estado.

As atividades formais e de divulgação para a construção deste PPA incluíram ações como a elaboração dos documentos legais, a validação da proposta do PPA 2016-2019, o exame e o parecer jurídico sobre o projeto de lei do PPA 2016-2019 e também o encaminhamento à Assembleia Legislativa Estadual.

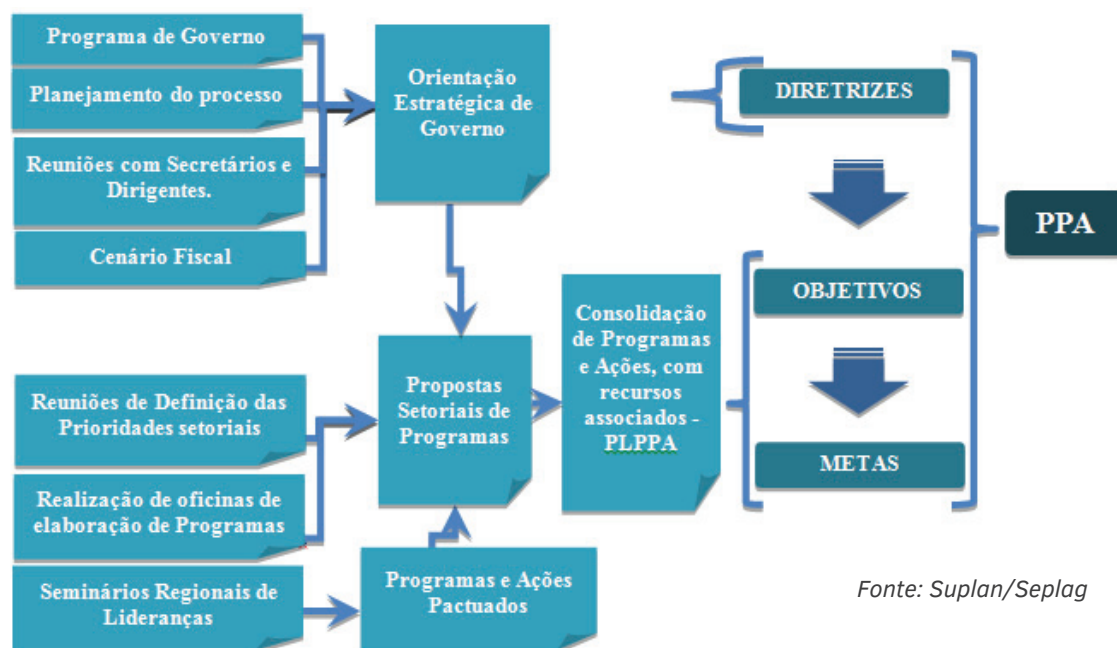
A elaboração do Plano Plurianual Participativo 2016-2019 apresentou como resultado:

- 5 Eixos (4 de desenvolvimento e 1 de gestão com participação)
- 8 Dimensões Estratégicas
- 19 Programas
- 49 Objetivos
- 541 Ações do Poder Executivo e,
- 31 Ações dos Poderes Legislativos, Judiciário e Ministério Público.

Diante do exposto, pôde-se verificar o alto grau de complexidade da elaboração do Plano Plurianual. Cabe destacar a importância da participação de todos (governo e sociedade) neste processo, para se ter um plano consistente e que permita ao Estado de Alagoas alcançar seus objetivos e metas traçados e transformar positivamente a realidade do Estado.

O fluxograma contendo todo o processo de elaboração deste Plano Plurianual 2016-2019 é apresentado abaixo:

Figura 8 - Fluxograma de elaboração do PPA 2016-2019 do Estado de Alagoas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se disseminar o entendimento sobre como o Estado de Alagoas está lidando com a participação popular no processo de planejamento de suas políticas públicas e suas prioridades de Governo, tema conhecido atualmente como Plano Plurianual Participativo ou PPA Participativo.

Observou-se que cada vez mais Alagoas tem dado significância para a participação social no processo de planejamento governamental enquanto processo democrático, permitindo que a população interaja na aplicação de recursos, apontando as necessidades levantadas aos gestores públicos para que, de forma conjunta, possam elaborar um planejamento mais condizente com as necessidades da população.

Em Alagoas, as diversas experiências dessa forma de elaborar e executar o PPA Participativo fizeram com que a participação popular adquirisse novas formas de atuação e controle social, onde os cidadãos são convidados a participar de audiências públicas e assembleias populares para serem ouvidos.

Mesmo estando em seu processo inicial, percebe-se que Alagoas começou a reconhecer que, sem a participação popular nesse processo, as políticas

públicas ficam difíceis de serem construídas e colocadas em prática com eficácia e eficiência.

Com o presente estudo, pode-se inferir que ainda falta muito a ser feito em relação à participação popular no processo de elaboração e discussão do planejamento público, apesar das iniciativas já deflagradas.

Entende-se que ainda é preciso criar novas ideias a serem discutidas pela sociedade e com os governos como, por exemplo, a título de sugestão, poderia se estabelecer mecanismos de consulta popular nas escolas, universidades, ONGs e demais representantes da sociedade civil organizada de todo o País.

Por fim, conseguiu-se alcançar o objetivo deste trabalho e responder a problematização levantada, ao se perceber que o Estado em sua gestão para a melhoria da gestão pública tem atuado de uma forma bem dinâmica como, por exemplo, na inclusão do PPA Online, ferramenta inovadora em que permite ao cidadão tirar suas dúvidas e contribuir significativamente para o planejamento governamental.

Com efeito, sem discurso apelativo, faz-se um convite a toda a sociedade alagoana, para que faça uma reflexão sobre o tema, no intuito de se traçarem medidas de cooperação mútua entre os diversos organismos da sociedade civil organizada, em prol de sua participação efetiva nos PPAs Participativos, para uma nova gestão pública, com maior controle social e transparência.

BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca; Keck, Margaret (2008). **Representando a Diversidade: Estado e Sociedade e “Relações Fecundas” nos Conselhos Gestores**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, 2008.

ALAGOAS. SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO. **Honestamente, nunca se fez tanto: relatório de 1 ano de trabalho**. 268p. Maceió, AL, 2007.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas**. 66p. Maceió, AL, 2014.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO. **Manual de elaboração do plano Plurianual – PPA**. 2ª ed. 64p. Maceió, AL, 2015.

_____. SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Plano Plurianual 2004-2007**. Maceió, AL, 2003.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de elaboração do Plano Plurianual (PPA)**. Maceió, AL, 2013.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Plano Plurianual 2012-2015**. Maceió, AL, 2012.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (Org.) **Participação Popular em Políticas Públicas: Espaço de Construção da Democracia Brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. **O Nordeste no Segundo Governo Vargas**. Depoimento de Rômulo Almeida, presidente da Comissão Incorporadora do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e ex-presidente do BNB, sobre a criação e implantação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração Pública Gerencial**. São Paulo: FGV, 1998.

CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. **Planos de Desenvolvimento de Alagoas 1960-2000**. Maceió: Edufal: Seplan-AL/Fundação Manoel Lisboa, 2005.

_____. A experiência alagoana de planejamento. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, v. 1, n. 6, p. 49-81, set./dez. 2009.

FERRAREZI, Elisabete; OLIVEIRA, Clarice G. **Reflexões Sobre a Emergência da Participação Social na Agenda das Políticas Públicas: Desafios à Forma de Organização Burocrática do Estado**. Brasília, DF, 2012.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **A Reorganização do Processo de**

Planejamento do Governo Federal: o PPA 2000/2003. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 726).

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. **Participação Popular na Construção do Poder Local: Controle Social das Políticas Públicas.** São Paulo, 2008. nº 29.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estado, Instituições e Democracia: República.** Brasília: IPEA, 2010. Coleção Estado, instituições e democracia, Volume 2.

MACROPLAN. **Elaboração e atualização da estratégia de desenvolvimento para Alagoas (2011-2022).** Belo Horizonte, MG, 2011.

MILANI, Carlos R.S. **O Princípio da Participação Social na Gestão de Políticas Públicas Locais: Uma Análise de Experiências Latino-Americanas e Europeias.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 42(3): 2008.

PEREIRA, S. M.; LEVINO, N. A. **Modelo de Apoio a Decisão para o Planejamento Plurianual do Estado de Alagoas.** XLVI Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Pesquisa operacional na Gestão da Segurança Pública. Salvador, BA, 2014.

PIRES, Roberto e Alexander Vaz. **Participação Social Como Método de Governo? Um Mapeamento das “Interfaces Sócioestatais” nos Programas Federais.** IPEA. Texto para discussão n. 1707. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Maria Teresa Ramos da. **PPA Como Espaço de Aprendizagem da Participação Social: Um Olhar Metodológico.** Documento interno Saeb. Coordenação de Educação Corporativa e Aprendizagem Organizacional, abr. 2012.

**Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio**

